



CAPÍTULO 9

AS IDEIAS ANTIAMBIENTAIS DA APROSOJA BRASIL E A GESTÃO DE JAIR BOLSONARO (2019-2022)

Marcos Felipe Rodrigues de Sousa

Durbens Martins Nascimento

INTRODUÇÃO

Este artigo decorre da tese de doutorado intitulada *As ideias antiambientais de grupos de interesses do agronegócio na gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022)* (Sousa, 2024), defendida pelo respectivo autor principal deste artigo. Na tese, foi avaliado não apenas as ideias antiambientais de um grupo de interesse, mas das seguintes organizações: Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja), a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). A partir de um recorte dos resultados da respectiva tese, investigamos a interação entre as ideias antiambientais promovidas pela Aprosoja com as políticas socioambientais durante o mandato de Jair Bolsonaro. A análise considera se essas políticas públicas convergiram ou divergiram das ideias e discursos de um dos principais grupos de interesse do agronegócio brasileiro, destacando as condições que contribuíram para a institucionalização de ideias antiambientais em legislações, programas e normativas do Estado brasileiro no contexto de ascensão do bolsonarismo no país. Os resultados revelam o impacto das ideias e agendas antiambientais desse grupo nas instituições durante o governo Bolsonaro.

A literatura sobre o agronegócio já demonstrava uma associação direta entre o agronegócio e o governo de Jair Bolsonaro. Como em Pompeia (2023a, 2023b, 2024a), em que o alinhamento do agronegócio com Bolsonaro se categoriza por meio de um 'agrobolsonarismo', em que se observa uma aproximação de agendas em comum entre esses. No entanto, é importante notar que as ideias antiambientais do agronegócio não surgiram com o mandato de Jair Bolsonaro; elas têm raízes na história do próprio agronegócio no país, com seus grupos de interesse defendendo

mudanças nas regulações ambientais e fundiárias de forma articulada já durante a constituinte de 1988 (Bruno, 2017). A candidatura e a eleição de Jair Bolsonaro representou um contexto favorável para a implementação de ideias antiambientais históricas defendidas por setores do agronegócio.

A convergência entre grupos de interesses do agronegócio e o mandato de Bolsonaro não se restringiu apenas às ideias, mas também influenciou a política de indicações ministeriais, como a nomeação de figuras importantes do agronegócio brasileiro, como de Tereza Cristina e Marcos Montes para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Embora tenha havido algumas divergências internas sobre ideias antiambientais entre os grupos do agronegócio, especialmente em relação às propostas ambientais de setores como a ABAG, os resultados mostram uma ampla convergência das ideias antiambientais da Aprosoja com o governo. Isso é particularmente evidente nas políticas socioambientais analisadas neste artigo, como o licenciamento ambiental, a reforma fundiária, os agrotóxicos, a demarcação de terras indígenas e os projetos de leis liderados pela FPA e pelo governo Jair Bolsonaro. Os resultados encontrados, tanto nas propostas dirigidas aos presidenciáveis quanto nas defesas de ideias ao longo dos anos, corroboram os achados de Pompeia (2024a, 2024b, 2023a, 2023b).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada visa responder o seguinte critério: a forma como as ideias e agendas de grupos de interesses do agronegócio brasileiro convergiram ou divergiram com as políticas públicas socioambientais de Jair Bolsonaro. As políticas avaliadas são as políticas de fiscalização e controle ao desmatamento, a liberalização dos agrotóxicos, a não demarcação de terras indígenas, a flexibilização do licenciamento ambiental e a regularização fundiária. Além dessas temáticas, o artigo considerou as ideias propostas durante as eleições presidenciais que fomentam ideias antiambientais, a partir das agendas de segurança, logística, política agrícola, política externa e questões tributárias. Isso é, avaliando como as agendas defendidas pela Aprosoja propagam ideias antiambientais.

O recorte da pesquisa são as eleições de 2018 e 2022 e a gestão presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022), levando em conta a formulação e implementação de políticas que levaram a um desmonte institucional de arranjos das políticas socioambientais (Araújo, 2023). A pesquisa é conduzida com métodos qualitativos, fazendo uso de dados secundários abertos, tanto qualitativos, por meio de dados de textos. Para a coleta e interpretação de dados, utilizamos a análise de conteúdo documental.

O uso da metodologia qualitativa analisa e gera resultados através do significado de um fenômeno usando “palavras” como dados, considerando a perspectiva dos pesquisados (Edmonds; Kennedy, 2017; Merriam; Tisdell, 2016). Embora seja de conhecimento comum a partir da literatura a ineficiência e o desmonte do Governo Bolsonaro perante as políticas ambientais (Araújo, 2023; Ferrante; Fearnside, 2019), avaliamos a forma como isso ocorreu e os atores que tiveram suas ideias convergentes ou divergentes na implementação das políticas que levaram à fragilidade institucional ambiental brasileira.

A trajetória de análise de conteúdo neste artigo seguiu as etapas de pré-análise de documentos coletados, uma leitura exploratória do material, o tratamento e interpretação dos dados, e, uma análise de conteúdo temática, de acordo com Bardin (2015). A seleção do material coletado durante a pré-análise seguiu os pressupostos definidos pelo referencial teórico. As categorias de análise foram definidas posteriormente a essa etapa, a partir de recortes e trechos dos documentos coletados. A interpretação e análise dos dados ocorreu através de uma análise temática, categorizando os códigos das ideias antiambientais do Governo Federal e dos grupos de interesse do agronegócio.

A coleta de dados abrangeu o Governo Federal e um dos principais grupos de interesse representativos do agronegócio brasileiro que possuem ideias e agendas relacionadas ao meio ambiente, questões indígenas e fundiárias. Seguindo os métodos da análise de conteúdo (Bardin, 2015; Sampaio; Lycarião, 2021), foram considerados casos e unidades de análise específicos. Para as categorias e unidades do Executivo Federal em relação às ideias, agendas e políticas socioambientais, foram utilizados os critérios encontrados na literatura especializada sobre as políticas socioambientais do governo bolsonarista, conforme documentado em Araújo (2023), Pompeia (2023a) e Ramos (2021).

Quadro 1 - Categorias e unidades do Executivo Federal

CASO	UNIDADE DE ANÁLISE	FONTE
Programa Eleitoral Partidário (2018 e 2022)	Campanha	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)
Decretos e Medidas Provisórias (MPs)	Executivo Federal	Política Por Inteiro/ Governo Federal
Restrição orçamentária a órgãos ambientais	Orçamento/ Executivo Federal	Governo Federal
Desmonte da participação da sociedade civil nas políticas ambientais	Executivo Federal	Política Por Inteiro/ Executivo Federal
Projetos de Leis Antiambientais: licenciamento ambiental, agrotóxicos, reforma fundiária e demarcação, e atividades em terras indígenas	Projetos de Leis/Executivo Federal/Congresso Nacional	Política Por Inteiro/Governo Federal/Congresso Nacional
Desmonte de órgãos ambientais e operacionais	MMA/Executivo Federal	Política Por Inteiro/ Governo Federal
Estímulo a crimes ambientais	Declarações do ex-Presidente e do Governo Federal/Campanha/ Executivo Federal	Governo Federal

Fonte: elaborado pelos autores.

A coleta de dados foi realizada a partir dos respectivos sites oficiais do Governo Federal e do banco de dados da organização investigativa “Política por Inteiro”. Essa organização acompanhou os atos e efeitos do Executivo Federal bolsonarista em relação a questões socioambientais e climáticas, mantendo um extenso banco de dados com informações do Governo Federal. Esse banco de dados é alimentado principalmente pelo Diário Oficial da União. A “Política por Inteiro” analisou os 4 anos do governo Bolsonaro, registrando mais de 855 normas que afetam as leis ambientais brasileiras de janeiro de 2009 a julho de 2022, com mais de 140 mil atos que influenciaram direta e indiretamente a política ambiental e climática. Após aplicar filtros de análise para as políticas públicas, a organização catalogou 2.189 atos relevantes para políticas ambientais e climáticas (Talanoa, 2022).

Para analisar a atuação do Executivo Federal diante das ideias antiambientais, examinamos sua convergência e divergência com a Aprosoja. Avaliamos a relação de um dos grupos de interesses do agronegócio ligados às cadeias produtivas da soja para entender seu impacto nas políticas socioambientais adotadas pelo governo.

Quadro 2 - Categoria de análise dos grupos de interesses do agronegócio brasileiro

Variável	Definição	Códigos
APROSOJA	Análise de documentos, pronunciamentos e propostas do grupo de interesse aos presidenciáveis e como eles convergem ou divergem com as ideias antiambientais nas políticas públicas de Jair Bolsonaro.	<p>Documentos e notícias oriundas do site da organização, assim como fontes externas, tais como em jornais, artigos científicos e relatórios investigativos. A busca também foi feita a partir das palavras-chaves: sustentabilidade, agropecuária, desenvolvimento, Amazônia, desmatamento, Bolsonaro, Presidente, ambiental, mudança climática, licenciamento ambiental, agrotóxicos, indígenas, reforma fundiária, política ambiental, meio ambiente</p> <p>A partir da leitura intensiva dos documentos selecionados, foram categorizadas as ideias em:</p> <p>Convergente / Divergente com as políticas socioambientais de Bolsonaro.</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

Com base nos estudos de Silva (2019), Oliveira (2020), Bruno (2017, 2022) e Pompeia (2023a; 2023b; 2024a; 2024b) foram estabelecidos critérios para a seleção dos grupos de interesse do agronegócio. Esses critérios incluem a representatividade nacional do agronegócio; a manifestação de propostas e ideias antiambientais; o envolvimento em encontros com atores ligados ao Governo Federal de Bolsonaro; o foco nos interesses do setor da soja; e um histórico de representação nacional no agronegócio brasileiro. Além disso, é importante que esse grupo tenha expressado publicamente ideias relacionadas a políticas públicas ambientais. Assim, com base nessas considerações e ajustes às escolhas anteriores de Pompeia (2023a, 2023b, 2024a, 2024b) e Silva (2019), um dos recortes do artigo para os grupo selecionado foi a Aprosoja.

As múltiplas fontes de evidências, como documentos secundários de diversas fontes, incluindo o próprio Governo Federal e os grupos de interesse do agronegócio brasileiro, se somam a informações coletadas em artigos e relatórios científicos, além do jornalismo e organizações investigativas. O uso da revisão da literatura subsidia a pesquisa, principalmente para a composição das categorias da análise de conteúdo documental, além de dialogar com os resultados já alcançados em outros trabalhos da literatura sobre os problemas de pesquisa do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação de Jair Bolsonaro e suas ideias antiambientais encontrou convergência com os setores mais extremistas e radicais do agronegócio brasileiro, principalmente nas associações de sojicultores, como a Aprosoja Brasil e a Aprosoja-MT. No dia 2 de outubro de 2018, próximo da eleição presidencial de 2018, a Aprosoja Brasil divulgou em seu site uma entrevista com seu então presidente, Bartolomeu Braz Pereira, enaltecendo a candidatura de Jair Bolsonaro e seu programa eleitoral a partir de suas ideias. Bartolomeu afirmou que as propostas de Bolsonaro agradavam os produtores rurais: “o setor de grãos e de soja no Brasil está muito alinhado com o posicionamento do candidato à presidência. Ele é quase unanimidade no setor” (Aprosoja, 2018a, p. 1).

Nas considerações de Pompeia (2023b, 2024a, 2024b), o autor ressalta que lideranças de associações da produção de soja estão alinhadas a posições mais extremistas, principalmente nas ideias e propostas para agendas ambientais, fundiárias e indígenas. Na Aprosoja, isso foi consecutivo também da promoção de ideias e articulação de Antônio Galvan, que conquistou a presidência da Aprosoja -MT em 2017. No ano de 2018, próximo às eleições presidenciais, a Aprosoja divulgou um documento em seu site contendo propostas e reivindicações dirigidas aos candidatos presidenciais. A nota apresentava pautas e ideias para as políticas públicas do futuro governo. Conforme a Aprosoja (2018b, p. 1), o documento: “foi elaborado para nortear as políticas públicas do próximo governo – no sentido de pautar os assuntos que precisam ser solucionados para o campo”. O documento abordava temas como: Segurança, Meio Ambiente, Questões Fundiárias, Logística, Política Agrícola, Tributária, Política Externa e Repactuação de Dívidas. Nota-se que as propostas da Aprosoja abrangem diversos temas envolvendo ideias e interesses específicos da cadeia da soja no agronegócio, além de pautas comuns do setor, como questões ambientais e de logística. No quadro a seguir, sintetizamos as propostas:

Quadro 3 - Propostas de pautas da Aprosoja para os presidenciáveis em 2018

PAUTAS	CONTEÚDO
SEGURANÇA	i. Integração entre as polícias de fronteiras, polícias militares, civil e de fronteira. ii. Fomentar arranjos locais entre o Estado e o setor e privado. iii. Garantir a posse de armas nas propriedades em defesa da integridade física e patrimônio
AMBIENTAL	i. Liberar do licenciamento de atividade às propriedades rurais. ii. As demais licenças devem ser concedidas de forma digital automática e online, bastando declaração do proprietário rural. iii. Promover a sustentabilidade da agropecuária brasileira e não aceitar moratórias e exigências para a nossa produção que exceda a legislação ambiental nacional, impostas de forma recorrente por ONGs
FUNDIÁRIA	i. Em cumprimento à Constituição Federal, só permitir a demarcação de terras indígenas com presença de índios após a data de promulgação da constituição de 1988 ii. Não permitir ampliação de terras indígenas. iii. Considerar ato criminoso a invasão de propriedade rural com intuito de promover a expropriação
LOGÍSTICA	i. Finalizar rodovias importantes para o escoamento da safra de grãos. ii. Desenvolver os modais ferroviários e hidroviários, ainda incipientes. iii. Promover os projetos visando a integração dos modais. iv. Fomentar a construção e ampliação de portos para o arco norte do país
POLÍTICA AGRÍCOLA	i. Garantir e fomentar oferta de crédito a juros compatíveis com a atividade rural. ii. Garantir recursos para subvencionar e fomentar um seguro rural acessível e universal
TRIBUTÁRIA	i. Promover a reforma tributária e previdenciária com urgência. ii. Garantir a manutenção da Lei Kandir, sem a qual não há um agro forte. iii. Trabalhar para implementação do FEX para compensar os estados exportadores
POLÍTICA EXTERNA	i. Revisar as diretrizes de estado para política externa com objetivo de promover os principais produtos de exportação brasileiros. ii. Pautar com base em acordos bilaterais e multilaterais de interesse para o Brasil. iii. Trabalhar uma política externa de negociação bilateral com a China. iv. Reorientação das atividades do corpo diplomático com base nessas novas diretrizes. v. Fortalecer a figura dos adidos agrícolas e a estrutura de apoio junto às embaixadas, que hoje contam com mais profissionais e atividades para cultura e turismo do que para setores chaves para economia brasileira, como o agronegócio
REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS	i. Construção de mecanismos e linhas que permitam aos produtores repactuar dívidas não bancárias junto a importantes agentes de financiamento rural (trades e revendas). ii. Apoiar dentro do congresso as iniciativas parlamentares com esse objetivo.

Fonte: adaptado a partir de Aprosoja (2018b).

Algumas pautas propostas pela Aprosoja são transversais às questões socioambientais, não se restringindo a uma única categoria. Por exemplo, as questões fundiárias, política externa, segurança e política agrícola afetam diretamente as questões socioambientais. Muitas dessas propostas ganharam destaque na

candidatura bolsonarista, especialmente nas áreas ambientais. O conteúdo de determinadas propostas, como as voltadas para o meio ambiente e segurança, também reflete ideias historicamente defendidas por setores mais reacionários do agronegócio, como a União Democrática Ruralista (UDR).

As ideias antiambientais são evidentes na categoria ambiental. A flexibilização do licenciamento ambiental, uma pauta comum ao agronegócio, aparece como proposta da Aprosoja. A organização defende a ideia de liberar o licenciamento para atividades produtivas rurais, sugerindo que outras licenças sejam concedidas de forma digital e autodeclaratória pelo proprietário rural. Essa proposta implica alterações profundas nas instituições brasileiras, enfraquecendo a fiscalização e o controle de atividades produtivas rurais que poderiam gerar impactos socioambientais. No nível federal, o IBAMA é responsável por licenciar atividades que possam causar impactos ambientais. Nesse sentido, propor o fim do licenciamento ambiental corresponde a desmantelar uma das principais funções do órgão. No ano de 2025, o Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que visava flexibilizar normas do licenciamento ambiental no Brasil, foi aprovado na Câmara dos Deputados com forte apoio de organizações do agronegócio, como a Aprosoja.

Outra proposta antiambiental da Aprosoja foi a exigência do fim das moratórias, incluindo a moratória da soja. Essa moratória, estabelecida em 2006 entre o Governo Federal, empresas do setor de soja e ONGs, determinou a interrupção da compra de soja de áreas desmatadas na Amazônia após julho de 2008. A oposição de uma das principais associações ligadas à soja a essa moratória reflete uma postura antiambiental, pois a moratória visa a redução dos crimes ambientais na Amazônia. No documento da Aprosoja (2018b), é solicitado que o próximo presidente rompa com as moratórias e não aceite exigências externas de ONGs que excedam a legislação ambiental. A Aprosoja (2018b) propõe uma medida que enfraquece o combate ao desmatamento ao desconsiderar a moratória, ao mesmo tempo que exige o enfraquecimento de um dos instrumentos da legislação ambiental, o licenciamento ambiental.

Assim como setores do agronegócio, Jair Bolsonaro apresentou duras críticas ao licenciamento ambiental. No programa eleitoral partidário de Jair Bolsonaro em 2018, é destacado que grandes e pequenas obras enfrentam barreiras no licenciamento ambiental: “enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental. Há casos que superam os dez anos. Faremos com que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses” (Brasil, 2018, p. 71). Há uma convergência com ressalvas aqui, pois enquanto a Aprosoja (2018b) propôs o fim do licenciamento ambiental, Bolsonaro propôs a flexibilização, reduzindo o prazo de avaliação. No seu plano de governo de 2022, não há menção específica ao licenciamento ambiental. No entanto, em discursos nas redes sociais, Bolsonaro criticou a fiscalização ambiental e

o licenciamento: “essa questão de licença ambiental atrapalha quando um presidente quer fazer uma obra de infraestrutura, uma estrada, quer rasgar uma estrada. Isso acontece muito na região amazônica” (Versolato; Amaral; Watanabe, 2018, p. 1).

No ano de 2021, o governo Bolsonaro emitiu uma Medida Provisória (MP 1.040/2021) que permitia que empresas de “risco médio” fossem dispensadas do licenciamento ambiental. No entanto, em 2022, o STF invalidou a concessão automática de alvarás e licenças ambientais para empresas de risco médio ao meio ambiente. Nota-se que a institucionalização das ideias antiambientais de grupos de interesse do agronegócio, acatadas por Jair Bolsonaro, não se concretizou devido às regras institucionais brasileiras, principalmente respeitadas pelo STF.

No entanto, outras ações visando a desestruturação do licenciamento ambiental ocorreram durante e após a gestão bolsonarista, como a aprovação do projeto de lei citado. A Instrução Normativa (IN) 8/2019 do Ibama visava delegar os processos de licenciamento ambiental ao cargo do Ibama, e o Decreto nº 9.669/2019 criou a Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e Desapropriações, com a função de apoiar o Licenciamento Ambiental de obras estratégicas. Além dessas ações, destaca-se a flexibilização do licenciamento ambiental para atividades em terras indígenas através da IN nº 01/2021, que autorizava o licenciamento ambiental para empreendimentos ou atividades desenvolvidas no interior de terras indígenas, desde que a atividade fosse administrada por um indígena ou uma organização mista. Embora as instituições tenham limitado as ideias antiambientais bolsonaristas, o governo procurou instituir essas ideias de maneira infralegal.

Outras ideias antiambientais estão presentes, de forma direta e indireta, nas propostas da Aprosoja (2018b). Entre elas estão: “Garantir a posse de armas nas propriedades em defesa da integridade física e do patrimônio”; “Não permitir a ampliação de terras indígenas”; “Só permitir a demarcação de terras indígenas com a presença de índios após a data de promulgação da Constituição de 1988”; “Considerar ato criminoso a invasão de propriedade rural com o intuito de promover a expropriação”; “Fomentar a construção e ampliação de portos para o arco norte do país”; e “Repactuação de Dívidas Rurais”.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a medida do armamento poderia aumentar os conflitos violentos no campo, além de fortalecer latifundiários e seus ‘capangas’, bem como grileiros (Camargos, 2019). Como consequência, acarretaria mais violência para povos vulneráveis socialmente e garantiria o controle de territórios para a expansão de crimes ambientais. No programa partidário de 2018 e de 2022 de Jair Bolsonaro, a temática da segurança pública ganha amplo destaque. Na proposta de 2018: “Reformular o Estatuto do Desarmamento; tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas” (Brasil, 2018, p. 32).

Na proposta partidária de Bolsonaro em 2022, a ideia aparece da seguinte forma: “Assegurar a legítima defesa e prover meios para seu exercício, inclusive com o uso de arma de fogo”; “Consolidar e ampliar todas essas ações de regularização fundiária, aliadas ao direito fundamental à legítima defesa e que assegurem o acesso à arma de fogo aos cidadãos” (Brasil, 2022, p. 10). A condenação de invasões de propriedades rurais é uma pauta convergente entre a Aprosoja e as propostas de Bolsonaro, sendo uma questão histórica do agronegócio brasileiro desde as ações da UDR na Constituinte de 1988. Embora condenem a invasão de propriedades rurais, tanto Bolsonaro quanto a Aprosoja não mencionam nem condenam a invasão de terras públicas no processo de grilagem, nem a invasão de terras indígenas.

Na perspectiva bolsonarista, a solução para o conflito violento no campo é armar proprietários rurais, grileiros e latifundiários, que muitas vezes são responsáveis pelo alto número de mortes e conflitos violentos no meio rural. Em 2019, Bolsonaro sancionou a Lei nº 13.870, que permitia a posse de arma em toda a extensão de um imóvel rural, permitindo que um proprietário ou gerente de fazenda andasse armado por toda a propriedade. A Lei alterou o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003). O projeto de lei foi proposto e articulado junto com a FPA.

Outra ideia convergente entre a Aprosoja e Bolsonaro refere-se à demarcação de terras indígenas. As propostas da Aprosoja que se opõem à demarcação de terras indígenas refletem ideias antiambientais. Segundo o documento que reúne as ideias desse grupo de interesse, eles defendem: “só permitir a demarcação de terras indígenas com a presença de índios após a data de promulgação da Constituição de 1988; Não permitir a ampliação de terras indígenas” (Aprosoja, 2018b, p. 2). De acordo com a proposta do Marco Temporal, para que uma terra indígena seja demarcada, seria necessário que os povos indígenas estivessem ocupando a terra ou em disputa judicial sobre ela na data da promulgação da Constituição. A tese do Marco Temporal é defendida por vários grupos do agronegócio, além da Aprosoja, como a CNA e a FPA. O Marco Temporal limita a ampliação dos direitos indígenas no Brasil. Em setembro de 2023, o STF rejeitou o Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas, decidindo que as demarcações não dependeriam da ocupação ou disputa do território pelos povos indígenas na data da promulgação da Constituição (Brasil, 2023). A decisão do STF foi celebrada por povos indígenas e grupos ambientalistas.

Em contrapartida à decisão do STF, o Congresso Nacional aprovou, em outubro de 2023, o Marco Temporal, em uma ação promovida e articulada pela FPA. No entanto, a lei foi parcialmente vetada pelo presidente Lula. Em dezembro de 2023, os vetos presidenciais foram derrubados pelo Congresso, e, em janeiro de 2024, o Marco Temporal para terras indígenas foi promulgado (Brasil, 2024). Até a redação desta pesquisa, a validade da lei ainda enfrentava impasses em processos judiciais. Além de impedir a demarcação de terras indígenas até a promulgação da Constituição,

a nova lei também permite a autorização para garimpo, plantios agrícolas e outras atividades econômicas em terras indígenas, o que pode favorecer um aumento dos problemas ambientais nessas áreas.

A não demarcação de terras indígenas encontrou convergência com as ideias e propostas de Jair Bolsonaro. Ainda em pré-campanha eleitoral, Bolsonaro afirmou que não demarcaria “um centímetro” para terras indígenas, uma promessa que se concretizou durante todo o seu mandato. Para Oliveira (2023), o processo de congelamento das demarcações ocorreu devido a mudanças internas e ao desmonte de órgãos governamentais, como a Funai. Um exemplo dessa estratégia foi a nomeação de Marcelo Xavier para a Funai. Xavier, delegado da Polícia Federal, não tinha vínculos com as causas indígenas e foi afastado de uma operação em 2014 para desocupar não indígenas de um território indígena, sob a justificativa de ter estado ao lado dos invasores.

No programa partidário de Jair Bolsonaro de 2018, não há menção a povos indígenas. Já no programa de 2022, são feitas referências à “liberdade” no uso dos recursos naturais por indígenas (uma referência à defesa de atividades econômicas em terras indígenas), à promoção da saúde e da alimentação indígena, e à “necessidade de preservação de áreas indígenas e de conservação ambiental” (Brasil, 2022, p. 37). Entretanto, as promessas de campanha de 2022 não foram condizentes com as ações institucionais bolsonaristas, tanto nos discursos quanto nos atos. A não demarcação de terras indígenas não foi mencionada no Plano Plurianual 2020-2023 do governo Bolsonaro, ao contrário da gestão anterior, que propunha a demarcação de 25 terras indígenas. Em seu Plano Anual de Ação de 2022, não há metas qualitativas para a demarcação de terras indígenas, e essa questão também não aparece nos Planejamentos Estratégicos da Funai para os anos de 2020-2023 (Oliveira, 2023). Essas ações corroboram a perspectiva antiambiental e anti-indígena de Bolsonaro, em convergência com as propostas da Aprosoja.

No primeiro ano da gestão de Bolsonaro, o governo transferiu a Funai do Ministério da Justiça para o novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Além disso, a função de demarcação de terras indígenas foi deslocada da Funai para o Ministério da Agricultura, embora essas mudanças tenham sido alteradas pelo Congresso Nacional em 2019. Em 2019, Bolsonaro estabeleceu a Medida Provisória nº 886/2019, que transferiu a identificação e a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. Durante o governo Bolsonaro, a Funai alegou que essas mudanças e a pandemia de Covid-19 impediram o avanço da demarcação de terras indígenas (Oliveira, 2023). No entanto, é notável que a não demarcação era uma política prevista e uma meta do governo Bolsonaro, evidenciada desde a sua pré-campanha eleitoral. As estratégias institucionais para alcançar essa meta incluíram atos infralegais, mudanças nas nomeações, no orçamento, na reanálise de processos demarcatórios e nas equipes responsáveis pela análise técnica da demarcação.

Outras demandas da Aprosoja (2018b) referem-se ao fortalecimento econômico e de infraestrutura para o agronegócio, como pode ser visto em propostas, como: “Fomentar a construção e ampliação de portos para o arco norte do país” e “Repactuação de Dívidas Rurais”. No programa partidário de 2018, o investimento em portos e ferrovias é abordado como: “desburocratizar, simplificar, privatizar, pensar de forma estratégica e integrada” e “É necessário melhorar a eficiência portuária e reduzir custos, além de atrair mais investimentos para atender à demanda crescente do país” (Brasil, 2018, p. 77).

O mesmo documento menciona que a ampliação das ferrovias e dos portos visava integrar todas as regiões do país, fortalecendo o agronegócio, o que está em consonância com as propostas da Aprosoja (2018b). No programa partidário de 2022, é destacado: “Se não existem boas estradas, ferrovias ou hidrovias, como escoar a produção agrícola de um determinado local ou região?” (Brasil, 2022, p. 34). É evidente que muitas propostas de campanha e de gestão de Jair Bolsonaro convergem com as ideias dos grupos de interesse do agronegócio, como a Aprosoja.

Outro ponto de convergência entre as ideias da Aprosoja (2018b) e as políticas do governo Bolsonaro refere-se às dívidas do agronegócio. Em 2018, após ser eleito, Jair Bolsonaro sinalizou que pretendia perdoar a dívida do setor com o Funrural. Essa promessa estava relacionada ao Projeto de Lei nº 9.252/2017 e geraria um impacto de 18 bilhões nas contas públicas. A promessa contraria a decisão do STF, que, em 2017, tornou constitucional a cobrança do Funrural ao agronegócio. A proposta da Aprosoja (2018b) aos presidenciáveis inclui a “Repactuação de Dívidas Rurais”, especificando: “Apoiar dentro do Congresso as iniciativas parlamentares com este objetivo”. A atuação do governo Bolsonaro convergiu com esse objetivo. A promessa de anistia das dívidas rurais, feita por Bolsonaro em acordo com setores do agronegócio, beneficiaria grandes indústrias e empresários do setor, o que contraria o argumento de Jair Bolsonaro de que a anistia ajudaria o pequeno produtor.

Em um encontro promovido pela Aprosoja em 2019, o presidente da associação prometeu derrubar a moratória da soja durante o governo Bolsonaro, ideia que não se concretizou (Lorenzon, 2019). Embora essa proposta tenha sido apoiada por alguns integrantes do governo Jair Bolsonaro, como o secretário especial de Relacionamento Externo da Casa Civil, Abelardo Lupion, que afirmou que o governo avançaria para o fim da moratória, a gestão bolsonarista não conseguiu implementá-la. Ainda em 2019, o MAPA declarou que a moratória era um acordo privado que não envolvia o governo federal de Bolsonaro. Assim, a ideia de encerrar a moratória da soja evidenciou uma convergência com ressalvas entre o governo Bolsonaro e a APROSOJA, sendo uma proposta difundida pela cúpula dos setores ruralistas e pelo alto escalão do governo. Em uma nota a um jornal estrangeiro, a então ministra Tereza Cristina afirmou que o governo não tomaria medidas contra a moratória, embora a considerasse um absurdo (DW, 2020).

Outras formas de apoio a Jair Bolsonaro foram emitidas pela Aprosoja em momentos cruciais do bolsonarismo. Em 2022, após as eleições presidenciais e a derrota de Bolsonaro, a Aprosoja -MT paralisou suas atividades no estado em apoio aos protestos antidemocráticos liderados por grupos bolsonaristas, que reivindicavam a anulação das eleições presidenciais e pediam um golpe militar. Em um inquérito do STF, o ex-vice-presidente da Aprosoja, Antônio Galvan, foi acusado de financiar atos de ruptura democrática para Bolsonaro através de recursos da Aprosoja.

Dessa forma, a convergência de ideias entre a Aprosoja e as ações institucionais do governo Bolsonaro demonstrou ligações diretas, com diversas propostas do grupo de interesse sendo incluídas antes e durante o mandato de Jair Bolsonaro. Além do apoio do grupo mesmo com o fim da gestão bolsonarista. O encontro das ideias da Aprosoja com o bolsonarismo foi marcante não só nos discursos de Bolsonaro, que frequentemente incorporaram argumentos e agendas comuns à associação, mas também com recorrência em suas políticas socioambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste artigo atestam que não apenas a formulação, mas a implementação das políticas socioambientais de Bolsonaro convergiram com as ideias antiambientais defendidas pela Aprosoja, especificamente as políticas de fiscalização ambiental, do licenciamento ambiental, dos agrotóxicos e da regularização fundiária. A partir das discussões e resultados apresentados, pode-se concluir que, nos últimos anos durante o governo Bolsonaro, houve uma prevalência de ideias antiambientais e interesses privados dos grupos de interesses do agronegócio brasileiro nas políticas socioambientais da gestão federal.

Um dos principais fatores para as convergências nas comunicações, discursos e atos institucionais entre a Aprosoja e o governo foi a adesão às ideias antiambientais, especialmente aquelas relacionadas à flexibilização da legislação ambiental e às mudanças no quadro institucional das políticas ambientais. No entanto, as regras institucionais, particularmente aquelas impostas pelo STF, moderaram algumas das ações institucionais do governo bolsonarista. Embora tenha havido uma alta convergência de ideias antiambientais entre a Aprosoja e o governo Bolsonaro, a arena institucional brasileira conseguiu moderar algumas das propostas mais extremas.

Apesar da notável aproximação da Aprosoja com Jair Bolsonaro, seja por suas ideias ou interesses, é importante também considerar o impacto e a influência de outros grupos de interesse significativos do agronegócio brasileiro, como a FPA. Além de, o papel das instituições nesse processo. Nos resultados da tese citada na introdução (Sousa, 2024), foram apresentadas as ideias antiambientais de outros

grupos de interesses e a sua convergência e divergência com as políticas durante o governo Bolsonaro, como a ABAG, a CNA e a própria FPA. Ademais, a tese avalia como as instituições conduziram tais ideias. Esses resultados serão demonstrados em futuros artigos.

REFERÊNCIAS

APROSOJA. Propostas de Jair Bolsonaro agradam produtores, diz presidente da Aprosoja Brasil. APROSOJA, Brasília, 2 out. 2018a. Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/comunicacao/blog/destaques/2018/10/02/propostas-de-jairbolsonaro-agradam-produtores-diz-presidente-da-aprosoja-brasil/>. Acesso em: 20 set. 2023.

APROSOJA. Reivindicações APROSOJA. APROSOJA, Brasília, 2018b.

ARAÚJO, S. Desmonte da política ambiental e perda de soberania. Diálogos Soberania e Clima, v. 2, p. 7, 2023.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 1977. Edições 70, São Paulo, 2015. 288 p.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei estabelece marco temporal para terras indígenas, mas o tema ainda vai ser julgado no STF**. Câmara dos Deputados, 28 jun. 2024.

BRASIL. STF. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Especial Meio Ambiente**: série de matérias lembra decisões do STF sobre o tema. STF, Brasília, 5 de jun. 2023.

BRASIL. TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. DivulgaCand – Propostas ao cargo de Presidente da República (2018). TSE, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/KlehLzA>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. DivulgaCand – Propostas ao cargo de Presidente da República (2018). TSE, 2022. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/eleicao>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRUNO, R. Bancada Ruralista, Conservadorismo e Representação de Interesses no Brasil Contemporâneo. In: Flexor, G.; Maluf, R. (Orgs.). Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas Rio de Janeiro, E-papers, 1: 155-168, 2017.

BRUNO, R. O processo de construção da hegemonia do agronegócio no Brasil: recorrências históricas e habitus de classe. **Revista Trabalho Necessário**, [S.I.], vol. 20, n. 41, p. 01-26, 2022.

CAMARGOS, D. **Ampliação da posse de arma no campo vai aumentar violência, dizem entidades.** Repórter Brasil, [S.I.], 22 ago. 2019.

DW. Tereza Cristina: agronegócio sustentou PIB durante pandemia. **DW**, São Paulo, 15 ago. 2020.

EDMONDS, W.; KENNEDY, T. **An Applied Guide to Research Designs:** Quantitative, Qualitative, and Mixed Methods Edition. [S.I.]: SAGE Publications, Inc Publication, 2017. 392 p.

FERRANTE, L.; FEARNSIDE, P. M. Brazil's new president and 'ruralists' threaten Amazonia's environment, traditional peoples and the global climate. **Environmental Conservation**, [S.I.], v. 46, n. 4, p. 261-263, 24 jul. 2019.

LORENZON, G. **"Vamos derrubar a Moratória da Soja em 2020", diz presidente da Aprosoja BR.** São Paulo, Money Times, 6 dez. 2019.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative Research:** A Guide to Design and Implementation (4th ed.). San Francisco, CA: Jossey Bass, 2016. 368 p.

OLIVEIRA, P. C. F. Como se comporta o agronegócio frente à ascensão da nova direita. In: Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos; João Elter Borges Miranda. (Orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo:** reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, v. 1, p. 355-388.

OLIVEIRA, R. **Nenhum centímetro de terra indígena:** como o governo Bolsonaro agiu para cumprir promessa. São Paulo, Agência Pública, 27 abr. 2023.

POMPEIA, C. A movement led by agricultural elites and far-right politicians in Brazil. *Journal Of Peasant Studies*, v. 1, p. 1-25, 2024a.

POMPEIA, C. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. *Revista de Antropologia*, v. 66, p. 1-27, 2023a.

POMPEIA, C. As correntes do agronegócio durante o governo Bolsonaro: divergências e acordos em questões socioambientais. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 1, p. 1, 2023b.

POMPEIA, C. Homogenizing machine: the agribusiness caucus's building of voting convergence in the Brazilian Congress. *Vibrant* (Florianópolis), v. 21, p. 1-24, 2024b.

RAMOS, A. Amazônia sob Bolsonaro. *Aisthesis*, n. 70, p. 287-310, 2021.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. Brasília: ENAP, 2021. 157 p.

SILVA, L. **O sucesso político do setor agropecuário no brasil contemporâneo.** 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SOUZA, M. **As ideias antiambientais do agronegócio e a gestão bolsonarista: uma análise das políticas socioambientais no governo Bolsonaro (2019-2022).** 2024. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, 2024.

TALANOA. **Reconstrução:** 401 atos do Poder Executivo Federal (2019 - 222) a serem revogados ou revisados para a reconstituição da agenda climática e ambiental brasileira. [S. l.]: Instituto Talanoa, 2022. 169 p.

VERSOLATO, M.; AMARAL, A.; WATANABE, P. Bolsonaro diz que licença ambiental atrapalha obras e que vai acabar com 'capricho' de fiscais. **Folha de SP**, São Paulo, 13 dez. 2018.